



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

---

# CLIPPING

## 30 de novembro

- PAÇO DO LUMIAR - Nota do prefeito Domingos Dutra sobre ACP sobre Portal da Transparência
- OPERAÇÃO PEGADORES/SES – Participação do presidente do IDAC nas irregularidades
- SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – Adiamento de reintegração de posse da comunidade Engenho, em São José de Ribamar
- SÃO LUÍS - Condenação de feminicidas
- SÃO LUÍS – OPERAÇÃO GANCHO - Fiscalização de sonegação de impostos
- SÃO LUÍS – Suspensão da construção de quadra no Centro de Ensino João Evangelista, no São Francisco
- SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA – Condenação do ex-prefeito David Rodrigues Silva – improbidade administrativa
- Polícia



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
( ) O Estado do MA (X) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog				
EDITORIA				
( ) Capa (X) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia				
Outros				
DATA	30 / 11 / 2017	PÁG.	05	( ) Gerada (X) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

## DEFESA

# Dutra divulga nota sobre ação do MPMA

PAULO DE TARSO JR.

O prefeito da cidade de Paço do Lumiar, Domingos Dutra, divulgou nota de esclarecimento sobre uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar, contra o gestor municipal. Na ação, o MPMA aponta que a prefeitura tem descumprido a obrigação de manter em pleno funcionamento o Portal da Transparência.

Na nota, Dutra se defende e afirma que, "quando assumiu em janeiro, encontrou o Município de Paço do Lumiar em completa desorganização, inclusive sem Portal da Transparência. O sistema começou então a ser implantado em fevereiro no site da Prefeitura e vem sendo aperfeiçoado de acordo com as exigências da Lei de Acesso à Informação".

O prefeito diz, ainda, que não houve má-fé de sua parte e que "aguardará a citação do juiz da Comarca para mostrar

o funcionamento do Portal da Transparência e acatar todas as orientações para atualização das informações do sistema". Domingos Dutra lamentou a divulgação do assunto pelo MPMA antes de ser comunicado da ação ministerial pela juíza competente e disse que essa ação "contribuiu para que oportunistas e adversários políticos aproveitassem para uma 'condenação' antecipada, sem direito de defesa".

Na ação, o MPMA pede a

condenação de Domingos Dutra por improbidade administrativa, estando sujeito à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa de até 100 vezes o valor de sua remuneração como prefeito e à proibição de contratar ou receber benefícios do Poder Público pelo prazo de três anos. Foi pedida, ainda, a condenação do prefeito de Paço do Lumiar ao pagamento de danos morais difusos no valor de R\$ 50 mil.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog				
EDITORIA				
( ) Capa ( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia Outros <u>Estado</u>				
DATA	30 / 11 / 2017	PÁG.	<u>06</u>	( ) Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva ( ) Negativa

## São Raimundo do Doca Bezerra Ex-prefeito é condenado por irregularidade na prestação de contas

O ex-prefeito de São Raimundo do Doca Bezerra, David Rodrigues Silva, foi condenado pelo Poder Judiciário de Esperantinópolis, em Ação Civil Pública proposta pelo município, pela prática de ato de improbidade administrativa previsto na Lei N° 8.429/92. A juíza Cristina Leal Meireles, da comarca de Esperantinópolis, condenou o ex-prefeito à suspensão dos direitos políticos pelo período de cinco anos; ao pagamento de multa civil de cinco vezes o valor da remuneração

percebida pelo réu em 2007, quando era prefeito; à proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos. David Silva deverá ressarcir integralmente o dano, equivalente ao valor repassado ao município por meio do convênio, no valor de R\$ 90.945,04, sobre o qual incidirá correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês, desde a liberação do repasse até a data do efetivo pagamento.

De acordo com a denúncia, o ex-prefeito apresentou prestação de contas irregular do repasse da quantia de R\$ 90.945,04 referente ao Convênio n° 102/2006, firmado com a Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo de complementar a rede de distribuição de água. No entanto, ao assumir nova gestão municipal, a partir de janeiro de 2013, foi constatada a inadimplência do município em relação ao convênio. Segundo informações dos autos, o ex-prefeito foi notificado mas não

se manifestou nem apresentou contestação à ação. No entendimento da magistrada, após a análise dos meios de provas juntadas aos autos, ficou demonstrado que David Rodrigues da Silva, na condição de prefeito, ao prestar contas irregulares referentes ao citado convênio, praticou ato de improbidade administrativa violando princípios constitucionais que caracterizam o ato de improbidade administrativa previsto no artigo 11, inciso VI, da Lei 8.429/1992.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog			
EDITORIA			
( ) Capa <input checked="" type="checkbox"/> Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia		Outros	
DATA	30 / 11 / 2017	PÁG.	02 ( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

## Presidente do Idac diz em depoimento que esquema era conhecido da Saúde

Antônio Aragão disse que era a própria pasta que encaminhava os nomes e o valor a ser pago para cada pessoa nomeada ou indicada nas folhas fantasmas

O presidente do Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania (Idac), Antônio Aragão, que cumpre prisão domiciliar por envolvimento em esquema de desvios de dinheiro público da Saúde, afirmou em depoimento à Polícia Federal (PF) no bojo da Operação Pegadores, que a cúpula da Secretaria de Estado da Saúde, Carlos Lula, sabia do pagamento a 'funcionários fantasmas' da pasta.

De acordo com Aragão, o Idac e o operador do esquema criminoso, Mariano de Castro e Silva, acertaram diretamente na SES contratação de empresas indicadas para a prestação de serviços.

O depoimento de Aragão, que teve teor revelado ontem pelo blog do Neto Ferreira, está no relatório da PF que dá sustentação às investigações contra a organização criminosa que atuava na pasta. De acordo com a polícia, mais de R\$ 18 milhões foram desviados dos cofres públicos.

"Que a secretaria de Saúde encaminhava os nomes de tais pessoas e o valor a ser pago; que tais pessoas não eram contratadas pelo Idac; que por diversas vezes reclamou de tal situação com o secretário Carlos Lula e com os titulares da Superintendência da Rede, com a secretária adjunta da Rede de Serviços, doutora Larissa [...]". Destaca trecho do relatório.



Antônio Aragão já prestou esclarecimentos à Polícia Federal sobre o esquema de fantasmas na SES

### PRISÃO

#### Operador perde cargo em Coroatá

O operador de esquemas na estrutura da Saúde, apontado como um dos articuladores dos desvios de mais de R\$ 18 milhões, Mariano de Castro e Silva, foi exonerado da Prefeitura de Coroatá.

"Que a partir daí ficou acertado com Carlos Lula e Mariano que o Idac deveria contratar as empresas que seriam indicadas", informa outro trecho.

#### Conhecimento

No dia de deflagração da Operação Pegadores, a superintendente da Polícia Federal no Maranhão, Cassandra Ferreira Alves Parazi, assegurou que o secretário tinha conhecimento dos esquemas na Saúde. Ela também afirmou que nada foi feito para evitar a continuidade da fraude na SES.

"Especialmente o secretário de Saúde. Ele, especialmente, tinha conhecimento disso e infelizmente não soube tratar da melhor forma, não soube bloquear isso e as fraudes continuaram", disse.

Além da declaração da superintendente da PF, a decisão judicial que determinou as 18 prisões, assinada pela juíza federal Paula Sousa Moraes, substituta da 1ª Vara Criminal no Maranhão, transcreve um diálogo entre o secretário e Benedito Carvalho, diretor do Instituto Cidadania e Natureza. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Capa	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
Outros				
DATA	30 / 11 / 2017	PÁG.	01	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Construção de quadra é suspensa em escola do Estado na capital

Obra seria realizada no Centro de Ensino João Evangelista, no São Francisco; empresa responsável pelo serviço danificou o muro da instituição para a entrada de uma máquina, mas, até o momento, não o reconstruiu

**A**inda não foi iniciada a construção de uma quadra na parte interna do Centro de Ensino João Evangelista, escola da rede pública estadual, no São Francisco. A placa que continha informações referentes à obra, fruto de parceria entre os governos Estadual e Federal, foi retirada. O problema é que a empresa responsável pelo serviço achou necessário quebrar uma parte do muro principal da instituição de ensino para a entrada de uma máquina que seria utilizada na construção, mas, até o momento, não o reconstruiu. Estudantes exigem do Governo uma explicação e reclamam também da falta de água e limpeza dos bebedouros da escola.

"Prometeram que teríamos uma quadra aqui, mas a situação é essa. Nada foi feito! É muito difícil estudar aqui. Não temos água para beber. Os bebedouros não são limpos. Já en-

## MAIS

### Nota da Seduc

Com relação à construção da quadra no Centro de Ensino João Evangelista, no bairro São Francisco, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) esclarece que os recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, destinados para a execução dos serviços, foram suspensos pelo Governo Federal. A Seduc aguarda a liberação destes recursos para a retomada da obra.

Sobre os bebedouros, a gestão escolar informa que realiza limpeza e higienização dos mesmos periodicamente, e quanto à falta de água, ressalta que o abastecimento é regular e que sempre faz gestões internas no sentido de evitar a falta de água para a comunidade escolar.

contramos até baratas", relatou a estudante Leslien Caroline, de 15 anos. A equipe de O Estado recebeu de alunos que preferiram não se identificar fotos que mostram baratas próximo

aos bebedouros.

A diretora da escola estadual, Elícia Luciene, falou sobre a situação da unidade de ensino. "A empresa responsável pela construção da quadra

### Alunos querem explicação do governo

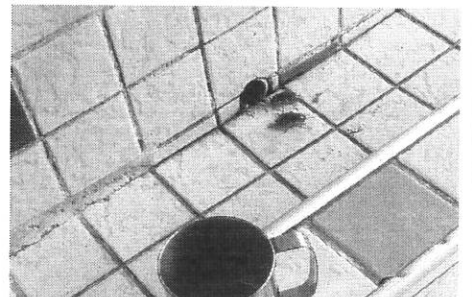
### Recursos do FNDE foram suspensos

não pode mais fazer por problemas com os recursos, que não foram enviados pelo Governo Federal. O muro da escola está assim porque a empresa que realizaria o serviço precisou quebrar para a entrada de uma máquina justamente para a execução da obra. A placa sobre a construção foi roubada pela própria população. Vamos consertar esse muro com dinheiro próprio", relatou.

Sobre a falta de água e limpeza, a gestora escolar alegou que na esco-



Cavalo pasta em área interna da escola, cujo muro foi derrubado



Baratas foram fotografadas por estudantes em área interna da escola

la só tem água um dia sim outro não e que os bebedouros são limpos constantemente.

O Governo do Estado se posicionou por meio de nota sobre a suspensão da construção da quadra e de outras reivindicações dos estudantes. Segundo a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), "os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvi-

mento da Educação, do Ministério da Educação, destinados para a execução dos serviços, foram suspensos pelo Governo Federal".

vídeo na  
versão digital

oestadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog	
EDITORIA	
( ) Capa ( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral ( ) Polícia ( ) Outros	Cader no 2
DATA	30 / 11 / 2017
PÁG.	01
( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa	

São José de Ribamar

# Reintegração de posse não ocorre e moradores permanecem na comunidade Engenho

A ação estava prevista para ontem (29)

LUCIENE VIEIRA

A reintegração de posse das terras da comunidade Engenho, localizada em São José de Ribamar, e que estava prevista para a manhã dessa quarta-feira (29), não aconteceu. Cerca de 60 famílias tinham até às 9h de ontem para deixar o local. No entanto, como não houve movimentação de policiais, elas permanecem na comunidade. Já a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), por meio do Núcleo de Moradia, ingressou com um mandado de segurança de apreciação, no plantão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na noite de terça-feira (28), para suspender a reintegração de posse até que o pedido de Atribuição de Efeito Suspensivo à Apelação da comunidade fosse apreciado pelo desembargador Raimundo Barros.

O mandado de segurança foi protocolado pelo defensor público Alberto Guilherme Tavares de Araújo e Silva, por volta das 18h58 de terça-feira (28). De acordo com Alberto Tavares, o desembargador Raimundo Barros deveria ter apreciado o documento ainda na madrugada de ontem, porém, o magistrado, que estava de plantão, segurou o processo, deixando de encaminhá-lo para análise de seu substituto, no caso o vice-presidente do TJMA, o desembargador Lourival Serejo. "Somente depois das 10h de hoje (ontem), o plantonista despachou, mandando redistribuir o processo, alegando que havia passado o horário do plantão. A Defensoria irá representar contra o desembargador no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pedir seu afastamento do caso. O mandado de segurança é contra a omissão de Raimundo Barros, devido a demora em apreciar o pedido de suspensão do cumprimento da sentença", informou o defensor público Alberto Tavares.

Na comunidade Engenho, representantes da Comissão da Pastoral da Terra (CPT),

da Sociedade dos Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Maranhão (OAB-MA), e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) fizeram vigília no local à espera da polícia, que, por razões desconhecidas, não apareceu. O líder comunitário Domingos Rodrigues da Silva Filho afirmou que 60 famílias cultivam as terras no Engenho, com atividades de agricultura familiar, em uma área de 71 hectares. "Se acontecesse um despejo desses, forçando a nossa saída do Engenho, não teríamos para onde ir", disse Domingos Rodrigues. Segundo o líder comunitário, a maioria das pessoas que vivem na comunidade Engenho são índios da etnia Tremembé, que ocupam a região há décadas.

José dos Santos, conhecido como "Gadinho", de 65 anos, e que há 45 anos mora na comunidade, disse que possui quase um hectare de terra, pedaço de chão que planta a macaxeira, o quiabo e o feijão, entre outros tipos de legumes, grãos e verduras. "Sustento minha família da venda dos produtos agrícolas que eu mesmo planto no quintal da minha casa. Não sei fazer outra coisa. Sair daqui seria o fim", lamentou José dos Santos, apreensivo quanto ao cumprimento de uma sentença oriunda de documentos de posse do latifundiário e ex-secretário de Estado, Alberto Franco, pretense proprietário da área.

Representando a comunidade Engenho, o advogado Arnaldo Colaço afirmou a existência de documentos que comprovam fraude nos títulos de posse adquiridos por Alberto Franco, em 2008. De acordo com o advogado, Alberto Franco teria comprado terras da comunidade Geniparana, pegou um terreno que faz parte do Engenho, e anexou nas escrituras de compra e venda. Ambas as comunidades estão localizadas uma ao lado da outra, em São José de Ribamar. O advogado Arnaldo Colaço informou que a Universidade Estadual do Maranhão (Uema), por meio do Núcleo Geoambiental, deu um parecer



Com faixas e cartazes, moradores da comunidade Engenho lutam para permanecer no local onde moram

técnico sobre as plantas topográficas de Geniparana e Engenho, representadas por formas geométricas, e elaboradas conforme Memorial Descritivo Constante no Registro nº 2, matrícula 6.307, folha 264, Livro 2-Q do Registro Geral de Imóveis de São José de Ribamar, de 12 de novembro de 2007, e a comparação dela com a elaborada nos termos do Memorial Descrito contido na Averbação nº 3, da mesma matrícula. - No parecer técnico da Uema, conforme o advogado Arnaldo Colaço, as terras das duas comunidades são totalmente diferentes nas suas formas geométricas, e que embora os imóveis possuam a mesma matrícula, trata-se de áreas diferentes. "Foi encontrada fraude no livro 3-D para sobrepor a terra de uma comunidade na outra", disse Colaço.



Moradores fazem vigília, na comunidade Engenho, com apoio de entidades ligadas aos direitos humanos

FOTOS: GILSON FERREIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
( ) O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	( ) Pequeno	( ) O progresso	( ) Atos e Fatos	( ) Debate
( ) Extra	( ) A tarde	( ) Correio de Notícias	( ) O 4º poder	( ) Internet / Blog	
EDITORIA					
( ) Capa	( ) Política	( ) Cidades / Vida	( ) Geral	( ) Polícia	Outros <b>Negócios</b>
DATA	30 / 11 / 2017	PÁG.	07	( ) Gerada	( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

# Operação autua 10 lojas por sonegação de impostos

A Operação Gancho, deflagrada na manhã desta quarta, verificou que diversos estabelecimentos estavam funcionando de forma irregular no Centro da capital, sem emitir notas fiscais

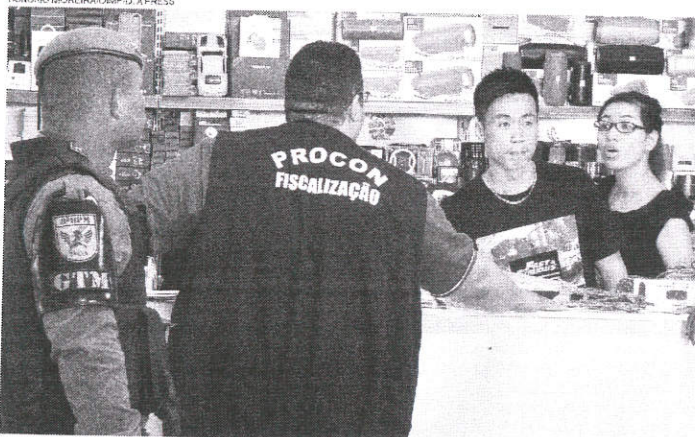
MARIA BATALHA

Foi deflagrada, na manhã de ontem, a primeira fase da 'Operação Gancho' pelo Procon-MA, em parceria com a Secretaria da Fazenda e a Polícia Militar. A operação tem o objetivo de fiscalizar se estabelecimentos comerciais estão emitindo notas fiscais de acordo com a lei, além de verificar o cumprimento de normas exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

"Estamos executando essa ação com 10 equipes simultâneas agindo para impedir em flagrante a sonegação de impostos, que é um crime, e também garantir ao consumidor os seus direitos. Com a nota fiscal, o consumidor pode efetuar troca dos produtos e reivindicar seus direitos. Ela é obrigatória e deve ser emitida no momento da compra ou contratação de serviços", afirma o presidente do Procon-MA, Duarte Júnior.

Nesta fase, foram autuadas 10 lojas da Rua de Santana, Centro de São Luís, em flagrante, por sonegação de impostos. Foram cobrados delas alvará

HONORIO MOREIRA/GRUPO A PRESS



Agentes do Procon, acompanhados de policiais, fiscalizaram lojas na Rua de Santana, Centro de São Luís

de funcionamento da prefeitura e do Corpo de Bombeiros, exemplar do Código de Defesa do Consumidor e emissão de nota fiscal. A equipe do Procon também verificou se há restrição para pagamentos em crédito ou débito e se os produtos comercializados possuem o selo do Inmetro.

"No momento da fiscaliza-

ção, os proprietários têm o direito de comprovar legalidade dos produtos, caso contrário, eles são apreendidos e, após 30 dias, se nenhuma regularização for realizada, os produtos serão levados a leilão", aponta Duarte.

Os proprietários que não cumprem a Lei 8846/94, devem ser punidos com multa de

trezentos por cento sobre o valor dos objetos vendidos, além de outras sanções administrativas caso o funcionamento do estabelecimento também esteja irregular.

A Operação Gancho vem investigando, em sigilo, ao longo de 16 meses, estabelecimentos comerciais da capital, a fim de verificar a prática de sonegação

de impostos, caracterizada pela declaração falsa ou omissão de informações com a intenção de não pagar tributos e taxas devidos por lei. Essa é a primeira fase da operação e cerca de 180 estabelecimentos devem ainda passar pela fiscalização ao longo dos próximos meses.

## Nota fiscal?

"Quando eles me dão [nota fiscal] eu recebo, mas se não dão, eu nem lembro de pedir", conta a dona de casa Ana Regina, 47, assim que termina de fazer uma compra em um comércio na Rua de Santana. A emissão de notas fiscais é uma obrigatoriedade que, por vezes, acaba sendo esquecida pelos consumidores.

A nota fiscal é um documento que serve como prova de compra de algum produto ou serviço. Ela que comprova, junto ao Procon e demais órgãos, por exemplo, se o consumidor precisa fazer alguma reclamação. Se o caso for sério e necessitar de um advogado, a nota fiscal é um documento essencial no processo.

"Sempre que há alguma so-

180

Total de estabelecimentos a serem fiscalizados no geral

negação, é recurso que deixa de entrar para os cofres públicos. São recursos que poderiam ser aplicados em serviços de atendimentos de atenção básica à população. A sonegação tem o mesmo teor que a corrupção, onde quem mais sofre é a sociedade", completa o secretário da Fazenda do Maranhão, Marcellus Ribeiro.

Pedir a nota fiscal é tão importante que alguns governos estaduais incentivam os consumidores em forma de descontos em outros impostos, beneficiando até mesmo as finanças pessoais de quem está comprando.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Capa <input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros			
DATA	30 / 11 / 2017	PÁG.	04 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Feminicidas condenados pela Justiça

O Tribunal de Júri, em sessões distintas, condenou dois homens, autores de crime de morte contra duas mulheres. Uma das vítimas era adolescente. Ambas não tiveram chances de defesa

Dois homens foram condenados na mesma semana por crime de feminicídio. Os dois foram julgados e condenados em sessões do Tribunal do Júri realizadas nas comarcas de Bacabal (22/11) e Raposa (28/11).

Antonio Costa Teixeira, o "Teixeirinha", foi condenado a 14 anos de reclusão, pelo assassinato de Maria Rita Santos, no dia 27 de fevereiro de 2014, no Povoado Vila Nova Esperança, em Bacabal.

O Conselho de Sentença, por maioria, negou a tese de defesa e considerou o réu culpado pelo crime e ainda reconheceu a agravante do uso de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima. O réu deverá cumprir a pena em regime fechado em local a ser definido pela Vara de Execução Penal.

A juíza Vanessa Pereira Lopes, titular da 1ª Vara e presidente do Tribunal do Júri, negou o direito do réu de recorrer em liberdade, uma vez que já se encontrava preso durante toda a instrução processual e pela permanência dos motivos que o levaram à prisão.



Teixeirinha matou a mulher e foi condenado a 14 anos de prisão em regime fechado em Pedrinhas

## RAPOSA

Em outro caso de feminicídio ocorrido no município de Raposa, Raimundo Nonato Amorim foi condenado a 21 anos e 10 meses de reclusão, pelo assassinato, a golpes de faca, da adolescente N. de J. da S., de 17 anos, sua ex-companheira, por

não se conformar com o fim do relacionamento com a vítima. O crime ocorreu no dia 3 de abril de 2007.

O réu foi condenado a cumprir a pena em regime inicialmente fechado. Mas, como já se encontrava preso provisoriamente e havia cumprido dois quintos da pena, a juíza presidente do Tri-

bunal do Júri, Rafaela Saif Rodrigues, determinou que o restante da pena será cumprido em regime semiaberto.

A magistrada considerou, ao dosar a pena, as consequências do crime, que resultou na morte prematura da adolescente, e o abalo emocional causado à mãe da vítima, pela perda brutal da filha.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog	
EDITORIA	
( ) Capa ( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia Outros	
DATA	30 / 11 / 2017
PÁG.	12 ( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

## Homicidas são condenados pelo assassinato de mulheres

Na mesma semana, dois réus acusados de homicídio contra mulheres foram julgados e condenados em sessões do Tribunal do Júri realizados nas comarcas de Bacabal e Raposa. O primeiro, Antonio Costa Teixeira, o "Teixeirinha" foi condenado a quatorze anos de reclusão, pelo assassinato de Maria Rita Santos, no dia 27 de fevereiro de 2014, no Povoado Vila Nova Esperança, no município de Bacabal.

O Conselho de Sentença, por maioria, negou a tese da defesa e considerou o réu culpado pelo crime e, ainda reconheceu a agravante do uso de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima. O réu deverá cumprir a pena em regime fechado em local a ser definido pela vara de execução penal.

A juíza Vanessa Pereira Lopes, titular da 1ª vara e presidente do Tribunal do Júri, negou o direito do réu de recorrer em liberdade, uma vez que já se encontrava preso durante toda a instrução processual e pela permanência dos motivos que o levaram à prisão.

RAPOSA - Em outro caso de homicídio ocorrido no município de Raposa, Raimundo Nonato Amorim foi condenado a 21 anos e 10 meses de reclusão, pelo assassinato, a golpes de faca, da adolescente N. de J. da S., de 17 anos, sua ex-companheira, por não se conformar com o fim do relacionamento com a vítima. O crime ocorreu no dia 3 de abril de 2007.

O réu foi condenado a cumprir a pena em regime inicialmente fechado. Mas, como já se encontrava preso provisoriamente, e já ter cumprido dois quintos da pena, a juíza presidente do Tribunal do Júri, Rafaella Saif Rodrigues, determinou que o restante da pena será cumprido em regime semiaberto.

A magistrada considerou, ao dosar a pena as consequências do crime, que resultou na morte prematura da adolescente e o abalo emocional causado pela mãe da vítima, pela perda brutal da filha.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA ( ) O Imparcial ( ) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate  
( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog

EDITORIA

( ) Capa ( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral  Polícia Outros

DATA 30 / 11 / 2017 PÁG. 03 ( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

# Ex-servidor de Pedrinhas é preso suspeito de aplicar golpes no MA

Investigação é da Delegacia Fazendária e 43 pessoas caíram no golpe, na Ilha e no interior do estado; ele se passava por fiscal da Fazenda estadual; inclusive, o golpista adquiriu de forma ilegal a quantia de R\$ 43.460

O ex-monitor do Sistema Penitenciário de Pedrinhas, identificado como Josiel Alves da Costa, 40 anos, cuja idade não foi revelada, foi preso na madrugada de ontem, no bairro Anil, acusado de se identificar como fiscal da Fazenda do Estado para cobrar de forma ilegal assinatura anual da Revista Fazendária (Refaz). A polícia também informou que esse criminoso vinha aplicando esse tipo de golpe há mais de 10 anos na Região Metropolitana de São Luís e no interior do estado como ainda teria adquirido a quantia de R\$ 43.460.

O delegado Armando Pacheco, superintendente da Polícia Civil da Capital (SPCC), declarou que a polícia tomou conhecimento desse fato criminoso por meio de uma denúncia feita por uma das vítimas desse criminoso, que é moradora de Paço do Lumiar. O caso começou a ser investigado a partir do mês de maio deste ano pela equipe da Delegacia Fazendária, coordenado pelo delegado Ricardo Pinto Aragão.

Armando Pacheco disse que no decorrer da investigação ficou constatado que esse criminoso até o ano de 2005 aplicava esse tipo de golpe em companhia de Marco Antônio Costa, que se autodenominava como proprietário dessa revista.

## Golpe

O delegado informou que Josiel em companhia outros criminosos cobravam a assinatura anual da Refaz



Josiel Alves da Costa foi preso na madrugada de ontem, no bairro Anil, sob acusação de aplicar golpes

aos comerciantes da Ilha e do interior do estado. Os assinantes desse meio de comunicação, além de obter a revista de forma mensal, também tinham direitos de orientação tributária e treinamento para os seus funcionários sobre direitos trabalhistas e fiscais.

As vítimas eram ameaçadas e muitos eram obrigados a pagar ao criminoso uma taxa que variava de R\$ 300 a R\$ 550. "As denúncias vieram de todos os municípios da Ilha, principalmente, de Paço do Lumiar, e também do interior do estado. As vítimas nunca receberam nenhum exemplar dessa revista em seus pontos comerciais",

deixou o delegado.

Ele ainda informou que cerca de 43 pessoas caíram nesse golpe. A polícia solicitou ao Poder Judiciário de Paço do Lumiar a prisão desse suposto fiscal da Fazenda do Estado e ontem foi dado cumprimento. Josiel Alves foi preso em sua residência e neste local apreendido vários blocos de recibos do Itelaz e bandeira do Maranhão como ainda uma tabela de valores pela participação da assinatura da revista.

## Monitor

Ainda de acordo com as informações de Pacheco, Josiel Alves, por

meio de processo seletivo, conseguiu trabalhar como monitor no Complexo Penitenciário de Pedrinhas por um período de nove anos, mas, foi afastado no ano de 2014 devido ter sido acusado de adquirir de forma irregular uma pistola ponto 40 pertencente ao Estado. Ele também responde pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e estelionato.

## Mais prisão

A polícia também prendeu ontem Francisca Correa Barbosa, Iair Ferreira de Sousa, José Valdinar Sousa e Raulene Pereira Avelino acusados

## SAIBA MAIS

### Operação Gancho

Policiais militares e civis em conjunto da Secretaria Estadual da Fazenda e do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor realizaram ontem a operação Gancho com o objetivo de combater crimes relacionados à sonegação de imposto em diversos estabelecimentos comerciais, localizados no centro da capital. Várias lojas foram notificadas pelo fato de haver irregularidades.

## NÚMERO

43

Cairam no golpe do falso fiscal da Fazenda

## PESSOAS

“As denúncias vieram de todos os municípios da Ilha, principalmente, de Paço do Lumiar, e também do interior do estado. As vítimas nunca receberam nenhum exemplar dessa revista em seus pontos comerciais”

DELEGADO ARMANDO PACHECO  
Superintendente da Polícia Civil da Capital (SPCC)

de cometerem crime de estelionato. De acordo com a polícia, esse bando pretendia sacar uma quantia de R\$ 20 mil utilizando docu-

mentos falsos no Bradesco da cidade de Paraitiba. Todos os delitos foram apreendidos na delegacia desse município. ●



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça  
**COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> Correo de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Capa	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral
<input type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Outros		
DATA	30 / 11 / 2017	PÁG.	
<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

## Fazendeiro da Região do Médio Mearim é considerado foragido da Justiça

Dudu Moita é acusado de ter assassinado a tiros Francielton Carvalho Silva na frente da família, no povoado Barraquinha, na cidade de Lago dos Rodrigues, no dia 28 do mês passado

O delegado regional de Pedreiras, Lucas Smith, afirmou que a partir de ontem o fazendeiro, Anderson dos Reis Moita, Dudu Moita, idade não revelada, é considerado foragido da Justiça. Ele está sendo acusado de ter assassinado a tiros Francielton Carvalho Silva, ocorrido no dia 28 de outubro deste ano, no povoado Barraquinha, zona rural de Lago dos Rodrigues, na frente dos familiares da vítima. Inclusive, de uma criança de 8 meses.

Lucas Smith informou que durante a investigação ficou constatado que Dudu Moita é o autor desse crime e foi representado o pedido de prisão preventiva ao Poder Judiciário de Lago da Pedra. Até mesmo os policiais civis e militares já estão cientes desse mandado de prisão para ser cumprido.

Qualquer informação sobre a lo-



Anderson dos Reis Moita, o Dudu Moita, acusado de assassinato

calização do foragido pode ser repassada à Polícia através dos contatos da 14ª Delegacia Regional de

Polícia Civil de Pedreiras, por meio dos telefones (99) 9647-5702 / (99) 99224-0960 ou para o Disque-De-

núncia 0300-3135.800.

### Crime

O delegado disse que a vítima, na noite do dia 27 de outubro deste ano, esteve no povoado Cariri, em Pedreiras, para comprar um churrasquinho. Neste local, ela acabou brigando com o acusado. No decorrer da discussão, Dudu Moita teria mordido a orelha da vítima. Logo após, Francielton Carvalho foi levado ao Hospital Municipal de Pedreiras onde passou por um tratamento cirúrgico e, em seguida, recebeu alta médica.

No dia seguinte, o acusado invadiu a residência da vítima e efetuou o crime. Francielton Carvalho levou vários tiros e na frente de seus familiares. Ele ainda foi levado para o hospital dessa cidade, mas chegou sem vida. ●

## Dois assassinatos em 12 horas em Paço do Lumiar

Corpo de uma das vítimas apresentava marcas de golpes de faca e foi encontrado em área de mangue

Dois assassinatos ocorreram na cidade de Paço do Lumiar durante um intervalo de menos de 12 horas e, de acordo com a polícia, podem ter sido realizados por integrantes de facções criminosas. Uma das vítimas foi identificada como Clayson Barros da Silva, de 20 anos. Segundo a polícia, o corpo da vítima apresentava marcas de golpes de faca e foi encontrado no fim da manhã de ontem em uma área de mangue, localizada no povoado Cotovelo, zona rural desse município.

O local de difícil acesso e até mesmo a polícia encontrou dificuldade para fazer a remoção do corpo da vítima. Os peritos do Instituto de Criminalística (Icrim) declararam que o crime teria ocorrido

nessas últimas seis horas devido o estado de rigidez cadavérica.

O major Renato, comandante do 22º Batalhão da Polícia Militar, disse que a vítima era suspeita de praticar roubo nessa localidade e há possibilidade de ter sido morto por "faccionados", mas, o caso está sendo investigado pela equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP). Até o começo da noite de ontem não tinha registro de prisão dos acusados.

A polícia também está investigando o assassinato de Darlyson Ferreira Costa, de 24 anos. Major Renato declarou que a vítima levou dois tiros e um deles na cabeça durante a noite da última terça-feira, no lugarejo, em Paço do Lumiar. ●

## Cadeirante é preso por estupro de criança em SL

Vítima desapareceu em Matões do Norte e, de acordo com a polícia, foi encontrada na residência do acusado e havia sido violentada sexualmente

O cadeirante e integrante de uma facção criminosa, Lucas André Pereira Gonçalves, Capote, de 20 anos, foi encaminhado ontem ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas acusado de estupro de vulnerável. Ainda segundo a polícia, a vítima é uma criança, de 12 anos, que tinha desaparecido da cidade de Matões do Norte.

O major Marcelo, comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, disse que os policiais receberam durante a noite da última terça-feira uma informação que Capote estava tendo



Lucas André Pereira Gonçalves, o Capote, acusado de estupro de criança

uma relação amorosa com uma criança de 12 anos e estaria morando na residência desse criminoso, localizada na Vila Casavel.

Os militares de posse do informe se deslocaram até o local onde encontraram a menor de idade e efetivaram a prisão desse criminoso. Inclusive, Capote declarou que a menor estaria morando e mantendo relação sexual por livre e espontânea vontade.

Lucas Pereira foi conduzido até o Plantão de Polícia Civil da Delegacia da Cidade Operária e foi autuado em flagrante por estupro de vulnerável. O major ainda informou que esse criminoso já possui passagem pela polícia pelos crimes de tráfico de droga, posse irregular de arma de fogo e roubo qualificado pelo concurso de pessoas. Enquanto, a menor foi entregue aos pais e ainda ontem foi submetida a exame de conjunção carnal. ●

## Homem tem 2 prisões em 10 dias em Timon

O detido está sendo acusado de realizar roubo nessa cidade; arma e celulares foram apreendidos

Policiais prenderam Lucas Ferreira Guimarães, de 20 anos, pelo crime de roubo duas vezes em menos de 10 dias no município de Timon. Uma das últimas prisões ocorreu ontem e o detido foi encaminhado à unidade prisional dessa cidade.

O delegado Cláudio Mendes declarou que Lucas Guimarães foi preso em flagrante no dia 22 deste mês realizando assalto em uma motocicleta Yamaha preta, de placa não identificada. Em poder dele, além da moto, foi apreendida uma arma de fogo calibre 22 e vários aparelhos celulares oriundo de forma ilegal.

No dia seguinte, esse criminoso foi posto em liberdade por determinação da justiça. O delegado disse que a polícia investigou os passos de Lucas Guimarães e constatou que havia várias denúncias de roubo contra ele ocorrido nessa cidade.

A polícia solicitou o mandado de prisão preventiva e ontem foi dado cumprimento. O criminoso foi apresentado no 1º Distrito Policial de Timon onde tomaram as devidas providências. "Ele foi reconhecido por fotografias pelas vítimas e realizou vários roubos em companhia de um outro bandido", explicou. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Capa	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
Outros				
DATA	30 / 11 / 2017	PÁG.	04	<input type="checkbox"/> Gerada
<input type="checkbox"/> Espontânea		<input type="checkbox"/> Positiva		
<input type="checkbox"/> Negativa				

## TRÁFICO

# Trio detido com "tijolo de maconha"

Policiais militares do Esquadrão Tornado do 9º BPM observaram três pessoas em atitudes suspeitas, na Avenida dos Franceses, trafegando

próximo ao muro da Caema no automóvel Classic, prata, placas QJF-2339, e fizeram a abordagem. Com um dos suspeitos, foi encontrado valor

de R\$ 1.200 em espécie e, no veículo, um "tijolo" de substância semelhante a maconha.

Os três foram detidos e apresentados na 10ª Delega-

cia Distrital (Bom Jesus), sendo identificados como Paulo Silveira Ribeiro, Cássio André Moreira da Silva e Railson Pereira Silva.

## SEM NOÇÃO

# Preso suspeito de estupro de vulnerável

Na Vila Cascavel, mais precisamente na Rua Nelson Mandela, o Grupo de Serviço Avançado do 6º Batalhão realizou a prisão de uma pessoa suspeita de estupro de vulnerável. Os policiais receberam a informação sobre a provável localização de uma menina de 12 anos que havia desaparecido da residência de seus parentes, na cidade de Matões do Norte, no Maranhão.

A adolescente teria um relacionamento amoroso, contra a vontade de seus pais, em São

Luís, sendo portanto enviada para casa de parentes no interior, de onde desapareceu, e que provavelmente estaria no bairro Vila Cascavel, em São Luís.

Os policiais se deslocaram até o endereço de Lucas André Pereira Gonçalves, mais conhecido como "Capote", de 20 anos, bastante conhecido por suas atividades criminosas na Vila Cascavel, sendo de imediato avistada no interior da residência a garota de 12 anos com o suspeito.

Ao ser questionado sobre a

menina, Lucas afirmou que a menina havia chegado em sua residência de livre e espontânea vontade, que mantinha um relacionamento amoroso com ela, incluindo práticas sexuais. Em razão dos fatos, ambos foram conduzidos para o plantão da Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), onde a garota foi devolvida aos parentes e, em seguida, encaminhada para o exame de conjunção carnal. Lucas André foi autuado em flagrante pelo Artigo 217A - crime de estupro de vulnerável.



"Capote" foi preso em flagrante



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
( ) O Estado do MA ( ) O Imparcial (X) Pequeno ( ) O progresso ( ) Atos e Fatos ( ) Debate ( ) Extra ( ) A tarde ( ) Correio de Notícias ( ) O 4º poder ( ) Internet / Blog				
EDITORIA				
( ) Capa ( ) Política ( ) Cidades / Vida ( ) Geral (X) Polícia		Outros		
DATA	30 / 11 / 2017	PÁG.	12	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

# Falso fiscal da Sefaz é preso por enganar contribuintes com promessa de revista

NELSON MELO

A Polícia Civil, por meio da Delegacia Fazendária (Defaz), capturou, nas primeiras horas da manhã desta quarta-feira (29), Josiel Alves da Costa, contra o qual há um mandado de prisão preventiva decretado pela 2ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar. Segundo a polícia, ele se apresentava como fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e ludibriou vários contribuintes.

O delegado Ricardo Aragão, adjunto da Defaz, disse que o suspeito realizou diversas cobranças de assinatura anual da Revista Fazendária, que daria direito ao contribuinte à orientação tributária e a treinamento para os funcionários sobre direitos trabalhistas e fiscais. Sendo assim, os comerciantes e empresários, sob ameaça de serem multados, eram coagidos a efetuar pagamento de taxas entre R\$ 300 a R\$ 550.

Essas ocorrências, de acordo com Aragão, foram registradas nos quatro municípios da região metropolitana – São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. E, também, em alguns municípios do interior, como Coroatá, São Mateus e Pinheiro. Após a decretação do mandado de prisão preventiva, as equipes da



Josiel Alves da Costa, segundo a polícia, aplicava golpes dizendo-se fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda

Delegacia Fazendária saíram em campo e o encontraram em sua residência, onde havia um crachá da Refaz/MA; vários blocos de recibos com timbre da revista e bandeira do Maranhão, e uma tabela de valores pela participação da assinatura.

De acordo com informações do delegado, o criminoso, devido às cobranças, faturou algo em torno de R\$ 43.460 mil, mas o número é presumido, pois outras vítimas podem comparecer à Defaz e o valor, nesse sentido, aumentará. Aragão salientou que o Josiel, mais conhecido como

“Jojo”, já trabalhou como monitor no Complexo Penitenciário de Pedrinhas (atual Complexo Penitenciário São Luís) por um período de 9 anos. Ele foi afastado de suas funções por ter se apropriado de uma pistola ponto 40 da instituição carcerária. Preso no bairro do Anil, em São Luís, “Jojo” responde a dois processos judiciais, sendo um por porte de arma, pela 4ª Vara Criminal, e outro por estelionato, pela 2ª Vara Criminal. Aragão e o delegado Gustavo Alencar, titular da Defaz, disseram que o suspeito recebia a assinatura da revista para

que os comerciantes e empresários não sofressem fiscalização, “pelo menos por um ano”. Ele também prometia a renovação de máquinas que emitem cupom e nota fiscal. Alencar contou que “Jojo” também oferecia palestras e cursos a distância como parte do pacote.

A revista: conforme o delegado Armando Pacheco, titular da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), a Revista Fazendária não existia, pois praticamente nenhum exemplar nunca foi distribuído. O dono foi identificado como Marco Antônio Costa, com quem Josiel trabalhou até 2005, recebendo 20% por cada assinatura. Já o proprietário ficava com 80%. Naquele ano, os dois romperam relações devido a desentendimentos.

Depois do rompimento, disse Pacheco, Josiel começou a trabalhar no sistema penitenciário da capital maranhense, de onde foi exonerado após 9 anos por ter furtado uma arma de fogo de lá. Ele, então, retornou ao “mundo dos negócios”, mas utilizando a mesma revista como meio de ganhar uma renda e de forma fraudulenta, pois repassava endereços e recibos falsos. O delegado disse que o suspeito possuía auxiliares, que ofereciam a revista no interior maranhense.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça  
COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA					
<input type="checkbox"/> Capa	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia	Outros
DATA	30 / 11 / 2017	PÁG.	12	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Polícia do MA participa de operação contra o crime organizado no Piauí

Tendo como objetivo a localização de criminosos envolvidos em explosões bancárias no Piauí, a Polícia Civil realizou, nesta quarta-feira (29), a “Operação Refranata”, para dar cumprimento a 16 mandados de prisão preventiva e 26 de busca e apreensão. Durante as ações, que também contaram com a participação da Delegacia Regional de Timon/MA, um policial militar foi conduzido coercitivamente.

Sobre a operação, o delegado Gustavo Jung, que coordenou as diligências, contou que as investigações começaram há aproximadamente seis meses, sendo que, no decorrer dos monitoramentos, a Polícia Civil evitou que empresários do ramo da educação fossem sequestrados pelos integrantes da quadrilha, pois o plano foi descoberto pelo Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Greco), unidade policial do Piauí que liderou a “Refranata”.

Até o fim da manhã, ao menos dez criminosos tinham sido capturados pelos policiais civis, sendo que outros já estavam encarcerados nas penitenciárias piauienses por conta de outros delitos relacionados a ataques bancários, extorsão mediante sequestro e roubo de veículos.

O delegado Jung descreveu que um PM foi conduzido coercitivamente para o esclarecimento de detalhes referentes à operação. O policial militar, inclusive, havia sido preso em outro momento.

Participaram da “Operação Refranata”, termo em latim que significa repressão, além do Greco e da Delegacia Regional de Timon, as seguintes unidades da Polícia Civil do Piauí: Polícia Interestadual (Polinter), Delegacia de Homicídios, Delegacia de União, Delegacia de José de Freitas, Delegacia de Altos e alguns distritos policiais.

DIVULGAÇÃO



Policiais do Piauí e do Maranhão tentam capturar criminosos envolvidos em explosões bancárias

DIVULGAÇÃO



Luzia Cunha e Silva foi presa ao ser localizada com drogas

## Mulher é flagrada guardando 8 kg de maconha em sua casa

Em mais uma ação da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), foi presa em flagrante Luzia Cunha e Silva, de 24 anos, na Rua Tiradentes, Cidade Nova 1, município de Timon, no oeste do Maranhão. Na casa da criminosa, os policiais civis encontraram aproximadamente 8 kg de maconha prensada, em abordagem ocorrida na manhã desta quarta-feira (29).

Os policiais já monitoravam a referida residência há alguns dias, sobretudo a intensa movimentação de pessoas, que entravam e saíam com frequência da casa, como o delegado Carlos Alessandro, titular da Senarc, esclareceu. Conforme a fonte da Polícia Civil, a incursão dos investigadores aconteceu por volta das 10h30. Luzia Cunha foi autuada por tráfico de drogas na Central de Flagrantes de Timon.